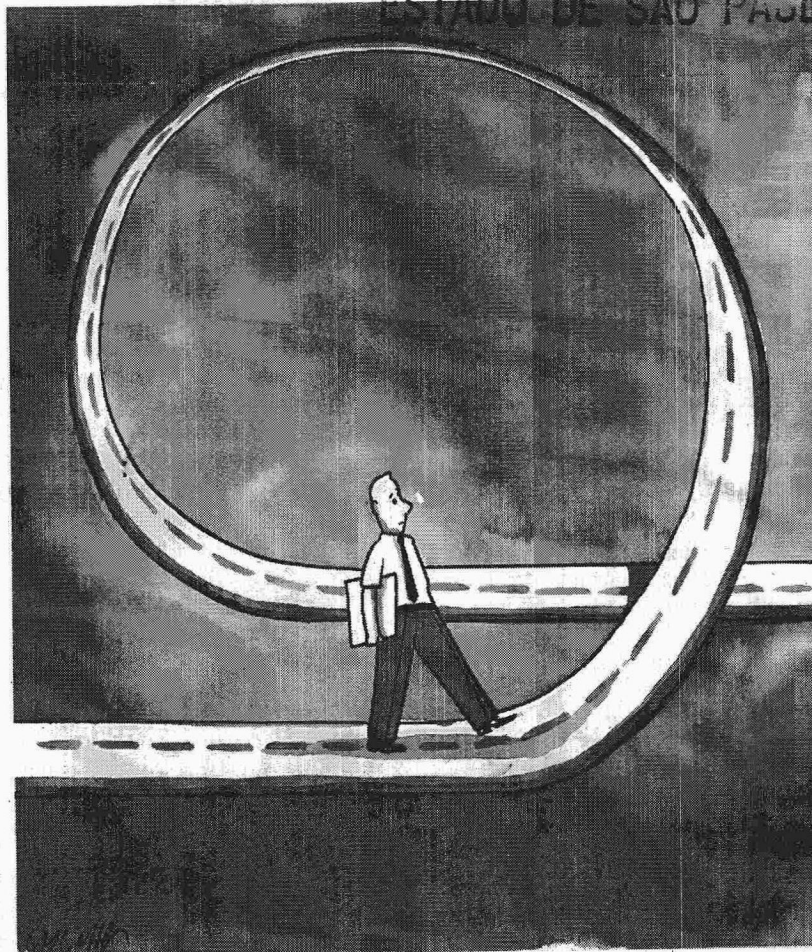


PACOTE DEVE SER UM PREÂMBULO DE MODIFICAÇÕES MAIS RADICAIS

ROGÉRIO L. F. WERNECK

ESTADO DE SÃO PAULO



Nas duas últimas semanas, enfrentando uma situação externa crescentemente adversa, o governo mostrou firmeza e convicção na condução da política econômica. Não pode ser acusado nem de precipitação nem de falta de agilidade. À medida que se tornaram mais intensos os sinais de agravamento da crise, foi ordenadamente recorrendo a instrumentos de defesa cada vez mais potentes, seguindo uma escalada perfeitamente previsível, ditada pelo bom senso.

Demonstrando ter capacidade de responder com presteza e determinação aos desdobramentos da crise, o País provou ser diferente de muitos outros que por ela vêm sendo afetados, em pelo menos dois aspectos cruciais. De um lado, mostrou que tem economia e sistema financeiro suficientemente sólidos para agüentar o tranco da brutal elevação de taxa de juros que se tornou necessária para inibir o avanço do ataque especulativo. De outro, mostrou ter um sistema político suficientemente maduro para permitir que, a menos de 11 meses de eleições da maior importância, o governo se dispusesse não só a mais do que dobrar as taxas de juros básicas da economia, como a anunciar um pacote de medidas de austeridade fiscal que implica um impacto bruto sobre as contas públicas superior a 2% do PIB.

Como muitas das dezenas de medidas recentemente anunciadas já constaram de outros pacotes fiscais no passado, é natural que haja analistas propensos a concluir que o que foi anunciado no começo desta semana não passa

de mais um esforço de simples repressão fiscal. Um esforço que apenas envolve medidas que em nada afetam os fatores fundamentais de desequilíbrio das contas do setor público, ainda que, momentaneamente, possam levar a uma melhora significativa dos indicadores de desempenho fiscal.

O desafio com que agora se defronta o governo é exatamente mostrar que desta vez se trata de algo completamente diferente. Que o pacote fiscal que

acaba de ser anunciado é apenas o preâmbulo de uma mudança radical do regime fiscal do País, que deverá culminar em medidas de ajuste de mu-

Iniciativa emblemática seria afinal impor aos Estados restrições orçamentárias rígidas

ito mais fôlego, a ser viabilizadas em um horizonte relativamente curto, por um programa audacioso de reformas constitucionais.

Isso não significa, contudo,

que só quando houver avanços inequívocos no programa de reformas o governo terá condições de começar a mostrar que

está efetivamente empenhado em mudar de vez o regime fiscal sob o qual operam os vários níveis do setor público no País. A gravidade da situação externa exige que o governo tenha condições de mostrar desde já, muito antes destes avanços se tornarem palpáveis, que um novo regime fiscal está de fato entrando em vigor.

Uma iniciativa emblemática nesta linha seria tomar as providências necessárias para afinal impor sobre os Estados restrições orçamentárias efetivamente rígidas. Não faltam à equipe econômica familiaridade com o problema, acesso às informações necessárias e os instrumentos requeridos para resolvê-lo de vez. Sabe exatamente onde os vazamentos se localizam e o que é preciso para vedá-los. Com o respaldo político necessário, a imposição sobre os Estados de restrições orçamentárias efetivamente rígidas poderá ser feita sem maiores delongas. E terá um enorme e imediato impacto sobre a credibilidade do esforço fiscal a que agora o governo se propõe.

É claro que os governadores se sentiriam tremendamente incomodados, particularmente a esta altura do calendário eleitoral. Mas isso talvez seja o ingrediente que falta para dar à classe política o senso de urgência requerido para fazer avançar de vez o programa de reformas no Congresso. Especialmente quando os governadores mais lúcidos afinal comecem a perceber que, sem o avanço das reformas, um segundo mandato poderá não passar de um presente de grego.